

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.007.634 - RJ (2016/0284871-1)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : **TECHNOS SA**
ADVOGADOS : **JOÃO ROBERTO LEITÃO DE ALBUQUERQUE MELO - RJ107215**
RAFAEL COELHO FERNANDES - RJ166979
RAFAEL DE ARAUJO VERDANT PEREIRA E OUTRO(S) - RJ189682
FERNANDA AMORIM DA CRUZ TAVARES - RJ178806
AGRAVADO : **TRANSPORTADORA ATLANTICO SUL LTDA - ME**
ADVOGADO : **WASHINGTON ETER DE ARAÚJO SOARES FILHO E OUTRO(S) -**
RJ045905

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial, fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto por TECHNOS SA contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (fl. 399):

"DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. Restituição de valores pagos em excesso. Decretação da revelia. Irrelevante se ocorrente a formação de grupo econômico, vindo a modificar posteriormente o status jurídico das empresas envolvidas, em que participante a ré. Manejo da demanda em face de quem se colocou contrário aos interesses da autora. Ausência de resposta dentro do prazo legal. Inteligência do artigo 319 do CPC. Inocorrência de prescrição trienal. Não se trata de pedido com base em enriquecimento sem causa, bem como reparação civil. O que se postula é a restituição de valores pagos em excesso, reconhecimento de crédito mediante saldo residual, apurados em perícia contábil realizada em autos diversos. Isto posto, deve-se entender como aplicável à pretensão o prazo decenal previsto no artigo 205 do Código Civil, e não a regra do art. 206, §3º, incisos IV e V do mesmo diploma civilista. A sentença merece pequeno ajuste apenas para adequar a correção monetária do montante condenatório ao disposto na peça inaugural, a partir da data da confecção do laudo pericial, integrando desta forma o julgado para fins de atualização. Recurso parcialmente provido"

Os embargos de declaração foram rejeitados, vide acórdão às fls. 433-436.

Nas razões do recurso especial, a recorrente alega, além de dissídio jurisprudencial, violação ao art. 206, § 3º, IV e V, do Código Civil. Sustenta, em síntese, que o prazo prescricional aplicável nos casos de enriquecimento sem causa e reparação civil deve

ser o trienal (três anos).

É o relatório. Decido.

De início, tendo em vista que o recurso especial foi interposto contra acórdão publicado anteriormente à entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil, aplica-se ao caso o Enunciado Administrativo n.º 2 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça."*

O recurso em apreço não merece prosperar.

Com efeito, ao apontar violação ao art. 206, § 3º, IV e V, do CC, a recorrente sustenta que deve ser aplicado o prazo prescricional de três anos, uma vez que se trata de hipótese de ressarcimento decorrente de enriquecimento sem causa, ou, ainda, de reparação civil. Por sua vez, o TJ-RJ, com arrimo no acervo fático-probatório, assim dirimiu a controvérsia (fls. 400-402):

"Cuida-se de ação de repetição de indébito de valores pagos em excesso pela autora, ora apelada, à ré, ora apelante, em razão de contratos de empréstimos, apurados em perícia contábil realizada nos autos de embargos à execução. (...)

Prosseguindo, também afasta-se a incidência da prescrição trienal, ventilada pela apelante. Neste caso concreto, não se trata de pedido com base em enriquecimento sem causa, bem como reparação civil. O que se postula é a restituição de valores pagos em excesso, reconhecimento de crédito mediante saldo residual, apurados em perícia contábil realizada em autos diversos. Isto posto, deve-se entender como aplicável à pretensão o prazo decenal previsto no artigo 205 do Código Civil, e não a regra do art. 206, §3º, incisos IV e V do mesmo diploma civilista.

Por fim, a sentença merece pequeno ajuste apenas para adequar a correção monetária do montante condenatório ao disposto na peça inaugural, a partir da data da confecção do laudo pericial, integrando desta forma o julgado para fins de atualização, consoante lá exposto." (grifou-se)

Da leitura do excerto ora transcrito, verifica-se que o Tribunal de origem concluiu pela aplicação da regra geral do art. 205 do CC, pois o caso diz respeito aos

contratos de empréstimos, sendo devida restituição dos valores apurados em perícia contábil realizada nos autos de embargos à execução.

Sobre o tema, tem-se que a iterativa jurisprudência desta Corte se firmou no sentido de que, "nas controvérsias relacionadas à responsabilidade contratual, aplica-se a regra geral (art. 205 CC/02) que prevê dez anos de prazo prescricional" (AgInt no REsp 1.796.574/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/06/2019, DJe de 12/06/2019). Nessa linha de inteligência, confira-se o seguinte precedente:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. AÇÃO ORDINÁRIA. PRESCRIÇÃO. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. PRAZO DECENAL. ACÓRDÃO ESTADUAL EM DISSONÂNCIA COM JURISPRUDÊNCIA DO STJ. VIOLAÇÃO AO ART. 205 DO CÓDIGO CIVIL CARACTERIZADA. AGRAVO CONHECIDO PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

1. "Nas controvérsias relacionadas à responsabilidade contratual, aplica-se a regra geral (art. 205 CC/02) que prevê dez anos de prazo prescricional" (AgInt no REsp 1.796.574/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/06/2019, DJe de 12/06/2019).

Precedentes.

2. No caso em tela, o v. acórdão estadual deve ser reformado pois, confirmando sentença, reconheceu a prescrição trienal, em que pese a pretensão da promovente, ora agravante, se fundamente em responsabilidade decorrente de contrato entabulado entre os ora litigantes. Nesse contexto, o prazo prescricional aplicável é decenal (CC, art. 205) e, uma vez afastada a então reconhecida prescrição, devem os autos retornar ao Juízo de piso para que continue no exame da ação ordinária, julgando-a como entender de direito.

3. Agravo interno provido para reconsiderar a decisão agravada e, em novo exame, conhecer do agravo para dar provimento ao recurso especial.

(AgInt no AREsp 1354740/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 19/09/2019, DJe 09/10/2019)

Nessa esteira, estando a decisão recorrida de acordo com a jurisprudência desta Corte, o apelo especial encontra óbice na Súmula n. 83/STJ, que aplica pelas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Superior Tribunal de Justiça

Com essas considerações, conclui-se que o apelo não merece prosperar.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 20 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator